

CARDOSO; Isadora Bucar¹, LAGO; Ana Carolina Ferreira Lago², TRISTÃO; Camila Mariano Tristão³, SILVA; Júlia Cândido Silva⁴, MARQUES; Júlia Mariano Teixeira⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: O número de casos de violência sexual contra as mulheres brasileiras vem crescendo a cada dia, resultando em traumas físicos e mentais nas vítimas. Dentre estes, a gravidez indesejada, é uma das piores consequências, pois muitas vezes acarreta em um aborto induzido. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), aproximadamente oito milhões de mulheres com mais de 18 anos, já sofreram violência sexual. Porém, a grande maioria dessas mulheres desconhece o direito de acesso ao aborto legal, seguro e gratuito. De acordo com o Código de Ética Médica brasileiro, o médico pode recusar a realizar atos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos seus princípios, porém não cabe a objeção de consciência nos seguintes casos: necessidade de abortamento por risco de vida para a mulher; em qualquer situação de abortamento juridicamente permitido, na ausência de outro médico que o faça e quando a mulher puder sofrer danos ou agravos à saúde em razão da omissão do médico; o atendimento de complicações derivadas de abortamento inseguro, por se tratarem de casos de urgência. **OBJETIVO:** Descrever as principais dificuldades encontradas pelas mulheres no acesso ao aborto legal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa estruturada a partir de artigos selecionados nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo utilizando os seguintes descritores: “aborto”, “profissionais de saúde” e “violência sexual”. Além disso, foram utilizadas informações da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **RESULTADO:** No Brasil há três situações em que o aborto é legalizado: gravidez que ponha em risco a vida da mulher, gravidez resultante de violência sexual e anencefalia fetal. Mesmo tendo o direito ao aborto, as vítimas de violência sexual sofrem com diversas barreiras impostas no país como a falta de informação dessa garantia, a recusa da execução do procedimento em virtude de ideologias de ética, moral e religião do profissional, receio de se prejudicar profissionalmente, além da falta de preparo para essas situações, contribuindo para um preconceito infundado sobre o tema e que está enraizado na sociedade brasileira. **CONCLUSÃO:** Constitucionalmente, o aborto induzido é ilegal no Brasil, pois todos tem o direito à vida. Entretanto, há algumas exceções em que ele se torna legal, evidenciando que nenhum direito é soberano a outro. O aborto induzido é um sério problema de saúde pública e contribui para o aumento da mortalidade materna por causa evitável. As mulheres negras, com baixa condição socioeconômica e baixa escolaridade fazem parte do grupo social mais vulnerável, pois devido à falta de informação elas ficam mais expostas à violência sexual. Dessa forma, torna-se importante conscientizar as mulheres sobre educação sexual e direito das mulheres frente ao estupro, para que possam procurar ajuda ao sofrerem violência sexual e tiverem uma gravidez indesejada. Além disso, é necessário corrigir as falhas na rede de assistência às mulheres em situação abortiva e estabelecer protocolos para esse tipo de atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: “aborto”, “falta de informação”, “gravidez indesejada”, “profissionais de saúde” e “violência sexual”

¹ Centro Universitário de Goiânia – UNICERRADO, isadoracardoso2001@gmail.com

² Centro Universitário de Goiânia – UNICERRADO, Anacarolina.lago@hotmail.com

³ Centro Universitário de Goiânia – UNICERRADO, camilamtristao19@gmail.com

⁴ Centro Universitário de Goiânia – UNICERRADO, Candidosilvajulia@gmail.com

⁵ Centro Universitário de Goiânia – UNICERRADO, jumarianotm@gmail.com